

LUSOTOPIE

Chamada para artigos / Call for Papers / Appel à articles

Patrimônios difíceis e políticas públicas de memória: descolonialidades, redemocratizações e democracias em risco

Difficult Heritage and Public Policies on Memory: Decolonialities, Redemocratizations, and Imperiled Democracies

Patrimoines difficiles et politiques publiques de la mémoire : décolonialités, redémocratisations et démocraties en péril

Editores / Editors / Éditeurs

Maria Leticia Mazzucchi Ferreira, Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Paula Godinho, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

A proposta do dossier visa interrogar a relação entre o proliferar dos estudos sobre a memória e os processos de patrimonialização e desconstrução de patrimônios, concatenando-os com um tempo em que a topolatria se tornou central, com um crescendo dos lugares de memória, enquanto se dissipam os meios de memória (Nora 1986), e em que tudo se torna património (Chevalier 2000), num formato de inflação (Heinich 2009). Há numa nova relação entre passado, presente e futuro, sobretudo a partir do final dos anos 1980, evidenciada no crescendo de uma febre da história, como uma profecia patrimonial (Bensa 2001), que se desdobra do nacional ao local (Fabre 2001). Por que razão é tão recente este primado da memória na ordem do tempo, em que o presente, no momento em que ocorre, já irrompe como histórico (Hartog 2003:127), enquadrado numa historização imediata (Hartog 2003:207)? Quantas vezes somos convidadas a segurar o passado no seu lugar, a encontrar um passado utilizável, (Iordachi & Trencsényi 2003), conferindo-lhe *a beleza do morto* (de Certeau, Julia & Revel 1990), sem servir para mobilizar o porvir? Converter o passado em emblema e em património, nesse *país estrangeiro* que é o tempo pretérito (Lowenthal 1983), é remeter para a amnésia momentos épicos, empolgantes, de luta e vitória subalterna, em memórias exauridas perante um presente contínuo, que nos faz sentir ora impotentes, ora nostálgicas (Angé & Berliner 2016). Segundo Henry Rousso, a obsessão do passado é uma resposta substitutiva às urgências do presente ou, mesmo, uma recusa do futuro (Rousso 1994:280).

A emergência pública da memória – os *passados presentes* – concatena-se com um tempo que poderíamos designar de *futuro ausente* – ou aquilo a que Andreas Huyssen chama “futuros passados”, sem a possibilidade de futuros inéditos. Depois de uma quase descontinuidade da produção acerca da memória, após os textos fundacionais de Maurice Halbwachs (1925; 1950), reaparece nos anos 1980 um interesse pelo passado, pela invenção de tradições (Hobsbawm & Ranger 1983), pelos lugares de memória (Nora

1986), por uma semântica dos tempos históricos, que sobrepõe um presente contínuo à construção do futuro. Segundo Reinhart Koselleck, quando sucede uma crise no «horizonte de expectativas», que se baseia em futuros delineados com otimismo, há um recentramento no “espaço da experiência”, alicerçado no passado. Por outro lado, o enfoque no passado parece impedir a interrogação dos futuros presentes (Koselleck 1979). François Hartog forjou a noção de presentismo para descrever uma situação em que a actualidade se tornou o horizonte, sem futuro e sem passado (Hartog 2003). O *presentismo* instalou-se (Rouso 2012), relacionando-se com um alegado *fim da História* (Fukuyama 1992), num *passado que não passa* (Rouso & Conan 1994), a que se interroga o modo de usar, com *memórias fracas* ou *fortes* (Traverso 2005), por vezes com perspectivas emaranhadas (Traverso 2015). O anjo da história, a que se referira Walter Benjamin deu uma volta de 180 graus, segundo Zygmunt Bauman, num tempo em que parece difícil encontrar a felicidade no futuro, e o passado idealizado aparenta constituir um ilusório porto seguro, em retrotopia (Bauman 2017:8).

Pretende-se apresentar reflexões em torno das transformações da relação do passado com o futuro, através de experiências de patrimonialização e exibição do passado (sítios, museus, comemorações) que se reportem às práticas de dominação e de violência política nos processos coloniais ou em regimes ditatoriais, conferindo ênfase à instituição desses patrimônios, como se inserem em lógicas pós-coloniais, em processos de transição para a democracia, ou em contextos de democracia em risco, como no Brasil atual. Considera-se aqui o conceito de patrimonialização proposto por Davallon (2012) como um estágio intermediário entre a memória como campo de significações, e o patrimônio, como operação performativa, complexa, possível de “afrontar o passado, deformando-o” (Rautemberg 2003), bem como se tornar um espaço de emancipação ou de reafirmação de fronteiras identitárias, juntando-se-lhe igualmente a dimensão do anti-patrimônio (Alonso 2020).

Por outro lado, observa-se na contemporaneidade, formas de representações e ações de gestão do passado que se assemelham (Rouso 2014). A transnacionalização da memória se expressa, no nível do discurso, pela recorrência de diferentes formas de linguagem (oral, visual) que passaram a compor nosso repertório memorial e com as quais transcrevemos e representamos passados difíceis. Nesse sentido, os aparelhos culturais, como os museus, são cada vez mais desafiados a interrogar e desconstruir os discursos hegemônicos e estáveis, cumprem um papel fundamental de apresentar representações possíveis do passado traumático (Williams 2007), se apresentam como dispositivos catárticos e de reapropriação coletiva (Mesnard 2018; Ferreira & Michelon 2015) ou como formas de memorialização destinadas a reparação simbólica às vítimas de violência (Moore 2009).

Nesse mesmo sentido, os monumentos e outras inscrições memoriais dispostos no espaço público e que remetem a passados traumáticos, tornam-se cada vez mais objeto de questionamentos e conflitos em torno da validade de suas existências, tal como se observou, mais recentemente nos movimentos de derrubadas de estátuas de Cristóvão Colombo, como o que ocorreu na cidade americana de Boston, ou de confederados como a de Jefferson Davis e, Richmond, ou ainda a do traficante de escravos Edward Colston na cidade inglesa de Bristol, ou à do padre Antonio Vieira em Lisboa, no âmbito de um mais vasto movimento iconoclasta, na sequência do assassinato de George Floyd (Traverso 2020). No Brasil acentuam-se os questionamentos sobre a validade de permanência de inúmeros monumentos associados ao passado escravocrata, e ao extermínio de nações indígenas. Um dos mais emblemáticos desses exemplos é o Monumento às Bandeiras

localizado na cidade de São Paulo, obra comemorativa ao centenário da independência do Brasil em 1922, realizada pelo artista modernista Victor Brecheret e inaugurado em 1953. Trata-se de escultura feita com blocos de granito representando, alegoricamente, a figura do bandeirante, personagem que fez parte das missões enviadas pela Coroa portuguesa para explorar o interior do Brasil, denotados no século XIX como símbolos do empreendedorismo paulista (Cymbalista 2020). Em tempos recentes, o monumento vem sendo questionado, em um contexto de lutas sociais contra discriminações e justiça social, pelo passado sombrio que representam os bandeirantes como dizimadores da população indígena. Na África de expressão portuguesa, as memórias em torno da guerra colonial e de libertação também têm assumido contornos variados, desde a sua assunção pelas jovens gerações, até aos modos anti-anticoloniais delineados a partir dos centros e de cima, como se demonstra na obra organizada por Miguel Cardina e Bruno Sena Martins (2018), que convocou investigadores de proveniências diversas.

Longe da ideia de invisibilidade e impermeabilização ao olhar defendida por Musil (1965), ou mesmo de suas funções como elementos da narrativa de fundação da Nação, os monumentos se convertem em espaços discursivos de contestação e disputas, ora como referências memoriais que demarcam o espaço urbano, ora como símbolos de processos de dominação e violências que marcaram as sociedades pós-coloniais, e frente aos quais dois conceitos operacionais são confrontados: a preservação e a destruição.

Na perspectiva da preservação parece ter força a ideia de fazer destes monumentos peças-chaves de uma pedagogia da memória, “heranças que ferem” como afirmam Uzzel e Ballartyne (2007) mas que necessitam existir para que se possam refletir a partir delas. Na perspectiva oposta, colocar abaixo os monumentos pode denotar o ato simbólico de contestação dos efeitos do passado no presente, o dar a voz àqueles que sempre estiveram alijados da narrativa histórica. Entre a memória e o “memoricídio” (Sulfaro 2014), inúmeras reflexões podem ser propostas para pensar o lugar dos monumentos nas sociedades contemporâneas.

Por outro lado, pretende-se interrogar *as memórias que não se tornam património*, impossíveis de serem unescoizadas. Que dificuldades surgem na criação de lugares de memória de situações conflituais e traumáticas? Como se recorda o trauma e o acontecimento? Que relação estabelece o presentismo, como denegação do devir, com os usos da memória? Tomando-se como referência os temas levantados na Conferência Internacional do ICOM (*International Council of Museums*) sobre “questões dolorosas”, realizada em Helsingborg, na Suécia em setembro de 2017, busca-se nesse dossiê discutir processos patrimoniais associados à escravidão (à exemplo do Cais do Valongo na cidade do Rio de Janeiro), ao colonialismo português (Pereira 2020), à colonialidade e descolonialidade (Quijano 2005; Mignolo 2016) aos contextos de violência política, como os regimes ditatoriais em Portugal, Brasil e nas ex-colônias, bem como interrogar a sua relação com as políticas públicas de memória e as construções anti-anticoloniais (Cardina & Rodrigues 2020), que ora emblematizam, ora subsumem perspectivas emancipadoras e construtoras do porvir (Louçã 2021; Godinho 2021; Godinho, Samara & Simões 2020; Valencia & Contreras Román 2018; Godinho 2017; Appadurai 2013; Bartra 2016).

As propostas de artigos (500 palavras) deverão ser enviadas até **20 de Setembro de 2021** para os seguintes endereços: leticiamazzucchi@gmail.com; p.godinho@fcs.unl.pt; lusotopie@gmail.com Se o resumo for selecionado, os artigos completos são esperados para o 20 de Novembro de 2021. A revista aceita artigos em três línguas: francês, português e inglês.

Difficult Heritage and Public Policies on Memory: Decolonialities, Redemocratizations, and Imperiled Democracies

This special issue explores the relationship between the proliferation of studies of memory and processes of heritage-making [i.e., the classification of processes, sites, or artifacts as cultural heritage] and the deconstruction of heritages, at a time when topolatriy has become commonplace, expressions of memory have multiplied (Nora 1986), and, in a form of inflation (Heinich 2009), everything is now becoming heritage (Chevalier 2000). A new relationship between past, present, and future has been forged, particularly since the 1980s, that has provoked an outbreak of history fever, a type of patrimonial prophesy (Bensa 2001) that is mirrored between the local and the global (Fabre 2001). How can we explain the primacy of memory within the temporal order when the present is already history at the moment that it arrives (Hartog 2003: 127) and is instantly historicized (Hartog 2003: 207)? How many times are we encouraged to protect the place of the past in the public arena, and to confront an usable past (Iordachi & Trensèvi 2003) by conferring upon it the "beauty of death" (de Certeau, Julia & Revel 1990), without at the same time allowing it to help us think of the future? Transforming the past into an emblem or a heritage in the "foreign country" of past time (Lowenthal 1983) entails the amnesic desiccation of memories of epic and exalted moments and of subaltern struggles and victories, as the present renders us powerless or nostalgic (Angé & Berliner 2016). According to Henry Rousso, this obsession with the past is a response that conceals the urgencies of the present or that might even prevent us from projecting ourselves into the future (Rousso 1994: 280).

The public resurgence of memory – "past presents" – is combined with a period that could be described as an absent future, or what Andreas Huyssen calls "futures that are past," thus excluding the possibility of unknowable futures. Although Maurice Halbwachs had foresightedly founded the field of memory studies (1925, 1950), the interest in the use of the past developed only in the 1980s, for instance with the concept of invention of traditions (Hobsbawm & Ranger 1983), with that of sites of memory (Nora 1986), and for the building of the future. According to Reinhardt Koselleck, if an obstacle appears along the "horizon of expectations" of optimistic futures, the "space of experience" is observably refocused on the past (Koselleck 1979). At the same time, this return to the past appears to impede the interrogation of present futures. François Hartog developed the notion of "presentism" to describe this situation, in which the here-and-now becomes a temporal horizon that has no future and no past (Hartog 2003). Presentism comes to the fore (Rousso 2012) and is articulated with the *End of History* (Fukuyama 1992), in "a past that does not pass" (Rousso & Conan 1994) whose methods, weak or strong (Traverso 2005), are sometimes interwoven (Traverso 2015). According to Zygmunt Bauman, the Angel of History mentioned by Walter Benjamin performed an about-face: the idealized past, a "retrotopia," offers a refuge and safe space that is nonetheless illusory, while the future itself no longer summons singing tomorrows (Bauman 2017: 8).

Our goal is to assemble studies of the transformation of relationships between past and future through the lens of experiences of heritage-making and exhibits of the past (sites, museums, commemorations) that are related to practices of domination and political violence within colonial or dictatorial processes. We are particularly interested in the ways in which these heritages are built and legitimated, as well as how they are

incorporated into postcolonial systems, transitions to democracy, or contexts of democratic fragility such as present-day Brazil. We use Jean Davallon's (2012) definition of the concept of heritage-making [*patrimonialisation*], which views it as an intermediate phase between memory as a signifying field and heritage as a complex performative operation. As such, heritage-making enables confronting and deforming the past (Rautenberg 2003), but also transforming it into a space for the emancipation and affirmation of identity boundaries, even attaining an anti-heritage dimension (Alonso 2020).

On the other hand, there is currently an observable convergence of representations and ways of managing the past (Rouso 2014). The internationalization of memory is expressed at the discursive level through the same textual or visual languages, thus forming a shared repertoire with which to transcribe difficult pasts. In this sense, cultural institutions such as museums face the challenge of interrogating and deconstructing their own stable, hegemonic narratives, of demonstrating their crucial role in exposing traumatic pasts (Williams 2007), and of requalifying themselves as tools for promoting catharsis and collective appropriation (Mesnard 2018; Ferreira & Michelon 2015) or forms of memorialization intended to offer symbolic reparations to victims of violence (Moore 2009).

Similarly, monuments and memorial inscriptions in public spaces tied to traumatic pasts are increasingly the focus of conflict and questions about their legitimacy, as recently observed in attempts to remove statues of Christopher Columbus in Boston, Thomas Jefferson in Richmond, Edward Colston in Bristol, and Father António Vieira in Lisbon, an iconoclastic movement that arose amid the furor unleashed by the assassination of George Floyd (Traverso 2020). In Brazil, similar doubts and questions have centered on numerous monuments associated with slavery and the extermination of native populations. Among the more emblematic examples is the *Monumento às Bandeiras* by the modernist artist Victor Brecheret in São Paulo, which was inaugurated in 1953 to commemorate the centenary of Brazilian independence in 1922. The sculpture, which is comprised of granite blocks, is an allegorical representation of the "*bandeirantes*" who participated in missions sent by the Portuguese Crown to explore the Brazilian interior and who symbolized São Paulo's enterprising spirit (Cymbalista 2020). The monument was recently criticized by supporters of the struggle against discrimination and social justice because of the "*bandeirantes*" dark history with respect to indigenous populations. Memories surrounding colonial wars and liberation in lusophone Africa have been used in a variety of ways, ranging from younger generations' doubts to anticolonial critiques, as shown in the book by Miguel Cardina and Bruno Sena Martins (2018), which assembles the points of view originating in former Portuguese colonies and the former metropolis. Far from the idea of their invisibility and impermeability, as Musil argues (1965) (the same could be said of their role as elements of the national narrative), monuments transform themselves into discursive spaces of conflict and protest, either as memorial references in urban spaces or as symbols of the processes of domination and violence that have prevailed in postcolonial societies. In this case, two operational concepts confront each other: preservation and destruction.

In terms of preservation, the core idea is to use monuments as the basis for a pedagogy of memory and of "heritages that hurt," as Uzzel and Ballartyne (2007) argue, while also maintaining that monuments remain necessary as a basis for reflection. From the opposite perspective, destroying monuments can be understood as a symbolic act of protest against the effects of the past on the present, in order to give voice to those who have always remained distanced from the national narrative. Between memory and

"memoricide" (Sulfaro 2014), a variety of lines of thought can be cited in order to consider the role of monuments in contemporary societies.

It is also possible to question memories that do not become heritage and do not correspond to UNESCO's categories. What difficulties arise in sites of memory of conflictual and traumatic contexts? How should the trauma associated with such events be remembered? What relationship is created between presentism, as a denial of the future, and the uses of memory? In pursuing the topics analyzed by the international ICOM (International Council of Museums) conference on "painful questions" in September 2017 in Helsingborg, Sweden, this special issue dissects heritage processes associated with slavery (for example, the Quai de Valongo in Rio de Janeiro), Portuguese colonialism (Pereira 2020), coloniality and the decolonial (Quijano 2005; Mignolo 2016), and contexts of political violence, such as dictatorial regimes in Portugal, Brazil and the former colonies. The issue also seeks to analyze the relationship of heritage to public memorial policies and anti-colonial constructions (Cardina & Rodrigues 2020) that explicitly serve or induce emancipatory perspectives that construct the future (Louçã 2021; Godinho 2021; Godinho, Samara & Simões 2020; Valencia & Contreras Román 2018; Godinho 2017; Appadurai 2013; Bartra 2016).

Abstracts for articles (500 words) must be sent at the latest by **20 September 2021** to: leticiamazzucchi@gmail.com, p.godinho@fcsh.unl.pt, lusotopie@gmail.com. After acceptance of the abstracts, complete articles are expected by November 20, 2021. Lusotopie publishes articles in French, Portuguese and English.

Patrimoines difficiles et politiques publiques de la mémoire : décolonialités, redémocratisations et démocraties en péril

Ce numéro thématique cherche à questionner la relation entre, d'une part, la prolifération des études sur la mémoire et les processus de patrimonialisation et, d'autre part, la déconstruction des patrimoines, au moment où la topolatrie est devenue centrale, où les expressions de la mémoire se multiplient (Nora 1986), et où tout devient patrimoine (Chevalier 2000) dans une sorte d'inflation (Heinich 2009). Une nouvelle relation entre passé, présent et futur s'est forgée, notamment à partir des années 1980, qui se traduit par une montée de fièvre d'histoire, comme une prophétie patrimoniale (Bensa 2001), qui se dédouble entre le local et le global (Fabre 2001). Quelle serait la raison de ce primat de la mémoire dans l'ordre temporel, alors que le présent, au moment où il advient, devient déjà de l'histoire et s'inscrit dans une historisation immédiate (Hartog 2003 : 127, 207) ? Combien de fois sommes-nous invités à protéger la place du passé dans l'espace public, à nous confronter à un passé utilisable (Iordachi & Trensèvi 2003), en lui conférant la "beauté du mort" (de Certeau, Julia & Revel 1990), sans qu'il serve pour autant à penser l'avenir ? Transformer le passé en emblème et en patrimoine, dans ce "pays étranger" qu'est le temps passé (Lowenthal 1983), consiste à assécher, par amnésie, les souvenirs de moments épiques et exaltants, de lutte et de victoire subalternes, alors que le présent nous rend impuissants ou nostalgiques (Angé & Berliner 2016). Selon Henry Rousso, l'obsession du passé est une réponse qui cache les urgences du présent, ou même, qui nous empêche de nous projeter dans le futur (Rousso 1994 : 280).

Le surgissement public de la mémoire – “passés présents” – se combinent avec un temps que l'on peut désigner comme un futur absent – ou ce que Andreas Huyssen appelle les “futurs qui sont passés”, sans possibilité de futurs inédits. Bien que Maurice Halbwachs avait précocement fondé le champ des études sur la mémoire (1925, 1950), il a fallu attendre les années 1980 pour que l'intérêt pour les usages du passé, pour l'invention des traditions (Hobsbawm & Ranger 1983), pour les lieux de mémoire (Nora 1986), pour une analyse sémantique des temps historiques dans le présent se superpose à l'intérêt pour la construction du futur. Selon Reinhardt Koselleck, si un obstacle se dresse sur la ligne de l'“horizon des attentes” de futurs optimistes, on observe un recentrement de l'“espace de l'expérience” vers le passé (Koselleck 1979). Alors que dans le même temps, le retour vers le passé semble empêcher l'interrogation de futurs présents. François Hartog a élaboré la notion de présentisme pour décrire cette situation dans laquelle l'actualité devient l'horizon temporel, sans futur, ni passé (Hartog 2003). Le présentisme s'installe (Rouso 2012), se conjugue avec la *fin de l'Histoire* (Fukuyama 1992), dans “un passé qui ne passe pas” (Rouso & Conan 1994), dont on interroge les modalités, fortes ou faibles, d'usage (Traverso 2005), parfois de façon enchevêtrée (Traverso 2015). Selon Zygmunt Bauman, l'ange de l'histoire, auquel se réfère Walter Benjamin, a fait volte-face : le passé idéalisé, une “rétrotopie”, se présente comme un port d'attache sécurisant, mais illusoire, alors que le futur lui-même n'appelle plus de lendemains qui chantent (Bauman 2017 : 8).

Nous proposons de rassembler des analyses sur les transformations de la relation entre le passé et le futur, à la lumière d'expériences de patrimonialisation et d'exposition du passé (sites, musées, commémorations) qui se rapportent à des pratiques de domination et de violence politique au sein des processus coloniaux ou dictatoriaux, en insistant notamment sur l'institution de ces patrimoines, sur leur insertion dans des logiques post-coloniales, des transitions vers la démocratie ou des contextes de fragilité démocratique, comme dans le Brésil actuel. On utilisera ici le concept de patrimonialisation tel que Jean Davallon l'a défini (2012), comme une étape intermédiaire entre la mémoire en tant que champ de significations et le patrimoine en tant qu'opération performative complexe. Ainsi, la patrimonialisation permet de se confronter au passé et de le déformer (Rautenberg 2003), mais également de le transformer en un espace d'émancipation et de réaffirmation de frontières identitaires, jusqu'à la dimension de l'anti-patrimoine (Alonso 2020).

D'un autre côté, on observe aujourd'hui une convergence dans les représentations et les modes de gestion du passé (Rouso 2014). La transnationalisation des mémoires s'exprime, au niveau du discours, par les mêmes langages textuels ou visuels, qui forment un répertoire commun avec lesquels se transcrivent des passés difficiles. En ce sens, les dispositifs culturels, comme les musées, sont mis au défi d'interroger et de déconstruire leurs propres récits hégémoniques et stabilisés, de démontrer leur rôle fondamental dans l'exposition de passés traumatiques (Williams 2007), de se requalifier en tant qu'outils de catharsis et de réappropriation collective (Mesnard 2018 ; Ferreira & Michelon 2015), ou comme des formes de mémorialisation destinées à la réparation symbolique des victimes de violence (Moore 2009).

Dans le même sens, les monuments et les inscriptions mémorielles installées dans les espaces publics qui sont liés à des passés traumatiques sont de plus en plus l'objet de conflits et de remises en cause de leur légitimité, comme on peut l'observer récemment dans les tentatives de déboulonnage de statues (Christophe Colomb à Boston, Jefferson Davis à Richmond, Edward Colston à Bristol ou Père António Vieira à Lisbonne), dans un mouvement iconoclaste issu de la mobilisation qui a suivi l'assassinat de George Floyd

(Traverso 2020). Au Brésil, les mêmes doutes et interrogations touchent de nombreux monuments associés au passé de l'esclavage et à l'extermination des populations indigènes. L'un des cas les plus emblématiques est le *Monumento à Bandeiras*, situé à São Paulo, une œuvre commémorant le centenaire de l'indépendance du Brésil en 1922, réalisée par l'artiste moderniste Victor Brecheret et inaugurée en 1953. Il s'agit d'une sculpture de blocs de granit représentant de façon allégorique la figure du "bandeirante", un personnage qui fait partie des missions envoyées par la couronne portugaise pour explorer l'intérieur du Brésil, et qui a symbolisé l'esprit d'entreprise de la ville de São Paulo (Cymbalista 2020). Récemment, le monument a été remis en cause, dans le contexte de luttes contre les discriminations et pour la justice sociale, en raison du passé sombre que les "bandeirantes" représentent vis-à-vis des populations indigènes. En Afrique d'expression portugaise, les mémoires autour des guerres coloniales et de libération ont été utilisées de manière variable, depuis les doutes des jeunes générations jusqu'aux critiques anticoloniales, comme le livre de Miguel Cardina et Bruno Sena Martins (2018) le montre en rassemblant les points de vue venant des anciennes colonies portugaises et de l'ancienne métropole.

Loin de l'idée de leur invisibilité et de leur imperméabilisation au regard défendue par Musil (1965), (on pourrait dire la même chose de leur fonction d'éléments du récit national), les monuments se transforment en espaces de discours contestataires et conflictuels, soit comme références mémorielles qui signent l'espace urbain, soit comme symboles des processus de domination et de violence qui ont caractérisé les sociétés postcoloniales. Ici, deux concepts opérationnels se confrontent : la préservation et la destruction.

Dans la perspective de la préservation, l'idée centrale est de faire des monuments les pierres angulaires d'une pédagogie de la mémoire, des "héritages qui blessent" comme l'affirment Uzzel et Ballartyne (2007), mais qui restent nécessaires afin que l'on puisse réfléchir à partir d'elles. Dans la perspective opposée, détruire les monuments peut se comprendre comme un acte symbolique de contestation des effets du passé sur le présent, pour donner la parole à ceux qui ont toujours été éloignés du récit national. Entre la mémoire et le "mémoricide" (Sulfaro 2014), de nombreuses lignes de réflexion peuvent être tracées pour penser la place des monuments dans les sociétés contemporaines.

Par ailleurs, on peut interroger les mémoires qui ne deviennent pas du patrimoine, qui ne peuvent entrer dans le champ de l'UNESCO. Quelles difficultés surgissent dans les lieux de mémoire de milieux conflictuels et traumatiques ? Comment se rappeler du trauma et des événements ? Quelle relation s'établit entre le présentisme, comme déni du futur, et les usages de la mémoire ? En suivant les thèmes analysés par la conférence internationale de l'ICOM (International Council of Museums) sur les "questions douloureuses", organisée à Gelsingborg en Suède en septembre 2017, ce numéro thématique met sur le métier des processus patrimoniaux associés à l'esclavage (par exemple le Quai de Valongo, Rio de Janeiro), au colonialisme portugais (Pereira 2020), à la colonialité et au décolonial (Quijano 2005, Mignolo 2016), aux contextes de violence politique, comme les régimes dictatoriaux au Portugal, au Brésil et dans les anciennes colonies. Ce numéro souhaite également analyser la relation du patrimoine avec les politiques mémorielles publiques et les constructions anti-coloniales (Cardina & Rodrigues 2020) qui servent explicitement ou qui induisent des perspectives émancipatrices et bâtisseuses d'avenir (Louçã 2021 ; Godinho 2021 ; Godinho, Samara & Simões 2020 ; Valencia & Contreras Román 2018 ; Godinho 2017 ; Appadurai 2013 ; Bartra 2016).

Les propositions d'articles (500 mots) devront être envoyées avant le **20 septembre 2021** à Leticia Mazzuchi Ferreira (leticiamazzucchi@gmail.com), Paula Godinho (p.godinho@fcs.unl.pt) et à la revue (lusotopie@gmail.com). Si le résumé est sélectionné, l'article complet est attendu le 20 novembre 2021. La revue publie en français, portugais et anglais.

Bibliografia citada / Cited references / Références citées

- Alonso, P. 2020, *O Antipatrimónio- Fetichismo do Passado e Dominação do Presente*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Angé, O. & Berliner, D. eds. 2016, *Anthropology and Nostalgia*, New York-Oxford, Bergham Books.
- Appadurai, A. 2015 [2013], *El futuro como hecho cultural - Ensayos sobre la condición global*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- Bartra, A. 2016, «Haciendo tiempo: del futuro como promesa al futuro como aventura», *Hacia un marxismo mundano: la clave está en los bordes*, Ciudad de México, Itaca:75-90.
- Bauman, Z. 2017, *Retrotopia*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Benjamin, W. 1992 [1940], "Teses sobre a Filosofia da História", in *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa, Relógio de Água: 157-170.
- Bensa, A. 2001, "Fièvres d'histoire dans la France contemporaine", in Bensa A. & Fabre D. eds., *Une histoire à soi*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme : 1-12
- Cardina, M. & Rodrigues, I. N. 2020, "The mnemonic transition: The rise of an anti-anticolonial memoryscape in Cape Verde", *Memory Studies*, 00 (0), <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/90504/1/The%20mnemonic%20transition.pdf>
- Cardina, M. & Sena Martins, B. 2018, *As voltas do passado*, Lisboa, Tinta da China.
- Certeau, M., Julia, D. & Revel, J. 1990, "A beleza do morto: o conceito de 'cultura popular'", in Revel J., *A invenção da sociedade*, Lisboa, Difel.
- Chevalier, D. 2000, "Avant- propos", in Rautemberg M., Micoud A., Bérard L. & Marchenay P. eds., *Campagnes de tous nos désirs*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme : IX-XIV.
- Cymbalista, R. 2020, "What to do with the bandeirantes", *City*, 24 (3-4): 605-615.
- Fabre, D. 2001, "L'Histoire a changé de lieux", in A. Bensa & D. Fabre eds., *Une histoire à soi*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme: 13-41
- Ferreira, M. L. M. & Michelon, F. F. 2015, "Cicatrizes da memória: fotografias de desaparecidos políticos em acervos de museus", *Estudos Ibero-Americanos*, 41(1): 79-97, <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2015.1.20716>
- Fukuyama, F. 1992, *The End of History and the Last Man*, London, Penguin.
- Godinho, P. 2017, *O futuro é para sempre. Experiência, expectativa e práticas possíveis*, Lisboa, Letra Livre.
- Godinho, P. ed. 2021, Dossier "Usos do Tempo, entre passado e porvir", *Memória em Rede*, Universidade Federal de Pelotas, <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/issue/view/1027/showToc>
- Godinho, P., Samara, A. & Simões, D. eds. 2020, Dossier "Memória, cultura e porvir. Algumas pistas para pensar o mundo", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 60, https://revistataeonline.weebly.com/uploads/2/2/0/2/22023964/memoria_paulagodinho_tae_60.pdf
- Halbwachs, M. 1994 [1925], *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Albin Michel, posfácio de Gérard Namer.
- Halbwachs, M. 1968 [1950] *La Mémoire Collective*, Paris.
- Hartog, F. 2003, *Régimes d'historicité - Présentisme et expériences du temps*, Paris, Seuil.
- Heinich, N. ed. 2009, *La fabrique du patrimoine*, Paris, Maison des sciences de l'homme.
- Hobsbawm, E. & Ranger, T. 1983, *The invention of tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Huyssen, A. 2003, *Present Pasts. Urban Palimpsests and the Politics of Memory*, Stanford, Stanford University Press.

- Iordachi, C. & Trencsényi, B. 2003, "In Search of a Usable Past: The question of National Identity in Romanian Studies, 1990-2000", *East European Politics and Societies*, 17 (3):415-453.
- Koselleck, R. 1983 [1979], *Futuro passado – Para una semântica de los tempos históricos*, Barcelona, Paidós.
- Loff, M. et al. eds. 2015, *Ditaduras e Revolução - Democracia e políticas da memória*, Coimbra, Almedina.
- Louçã, J. C. 2021, *Pensar o impossível, transformar a realidade. Práticas concretas*, Lisboa, Parsifal.
- Lowenthal, D. 1983, *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press
- Mesnard, P. 2018, Séminaire annuel « La place du témoin et ses marges », CELIS UCA Clermont-Ferrand
- Mignolo, W. 2016, "Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade", <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>
- Moore, L. 2009, "(Re) covering the past, remembering the trauma: the politics of commemorations at sites of atrocity", *Journal of Public and International Affairs*, 20, <https://jpia.princeton.edu/sites/jpia/files/2009-3.pdf>
- Musil, R. 1965, *Œuvres pré-posthumes*, Paris, Éditions du Seuil
- Nora, P. ed. 1986, *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard.
- Pereira, R. 2020, "Colonialismo, Póscolonialismo e Colonialidade – Lugares de Memória. Para que Serve um Museu dos Descobrimentos?", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, nº 60, https://revistataeonline.weebly.com/uploads/2/2/0/2/22023964/colonialismo_rui pereira_tae_60.pdf
- Quijano, A. 2005, *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires, CLACSO, http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf
- Rouso, H. 2012, *La dernière catastrophe. L'histoire, le présent, le contemporain*, Paris, Gallimard.
- Rouso, H. & Conan, E. 1994, *Vichy, un passé qui ne passe pas*, Paris, Fayard.
- Sulfaro, N. 2014, "A Memory of Shadows and of Stone. Traumatic Ruins, Conservation, Social Processes", *ArcHistoR*. nº 2 : 144-181; DOI: 10.14633/AHR012
- Traverso, E. 2005, *Le passé, mode d'emploi - histoire, mémoire, politique*, Paris, La Fabrique Éditions.
- Traverso, E. 2015, "Memórias europeias. Perspetivas emaranhadas", in Loff M. et alii, orgs. *Ditaduras e revoluções – Democracias e políticas da memória*, Coimbra, Almedina.
- Traverso, E. 2020, "Tearing Down Statues Doesn't Erase History, It Makes Us See It More Clearly", *Jacobin*, <https://jacobinmag.com/2020/06/statues-removal-antiracism-columbus>
- Uzzell, D. & Ballantyne, R. 2007, "Heritage that hurts: Interpretation in a postmodern world", in Fairclough, G. Harrison, R. Jnr, JJ & Schofield, J. eds., *The Cultural Heritage Reader*, Routledge.
- Valencia García, G. & Contreras Román, R. 2018, *El futuro como esperanza*, Ciudad de Mexico, Coordinadas 2050, UNAM.
- Williams, P. 2007, *Memorial Museums: The Global Rush to Commemorate Atrocities*, Oxford-New York, Berg.